



## Índice

- 01** [Índios protestam contra PEC que dá a Congresso poder de homologar terra indígena](#)
- 02** [Índios devem ter maior protagonismo para evitar desmatamento na Amazônia](#)
- 03** [Foto de Kátia Abreu é alvo de flechadas de índios no DF](#)
- 04** [MPF em Ilhéus recorre de sentença que extinguiu ação de indenização por danos morais a índios](#)
- 05** [Indígenas guarany-kaiwá deixam sede de fazenda em Iguatemi, MS](#)
- 06** [Governo federal reconhece estado de calamidade pública em Tarauacá](#)
- 07** [Indígenas de SP pedem reparação por violência durante ditadura militar](#)
- 08** [UnB oferece bolsa de mestrado a indígenas e quilombolas](#)
- 09** [PGR recorre de decisão do STF que anulou ampliação de terra indígena no Maranhão](#)
- 10** [Ninawa Huni Kui sobre a COP 20: "O espaço que foi criado para os povos originários \(indígenas\) é um cala boca"](#)
- 11** [STF vai julgar ação contra decreto que favorece quilombolas](#)
- 12** [Artigo | A auto-definição como direito indígena](#)
- 13** [Índios de Brasil e Peru denunciam quadrilhas de madeireiros ilegais que ameaçam e matam nativos](#)
- 14** [Povos Indígenas: ainda uma vez o esbulho](#)
- 15** [Inkra destaca políticas públicas para quilombolas em balanço da SEPPIR](#)



- 16 Indígenas de SP pedem reparação por violência durante ditadura militar
- 17 Agricultores denunciam abandono do governo depois de retirada de terras indígenas
- 18 Índios ficam com terras e pecuarista pede prazo para retirar gado
- 19 Força Nacional relatam 'improviso' para cuidar de 20 mil índios
- 20 UnB inaugura prédio de convivência multicultural para indígenas
- 21 Terra Arrasada: Índios deixam sede da Fazenda Cambara, no Mato Grosso do Sul
- 22 Governo e Ministério Público Federal realizam encontro sobre comunidades quilombolas
- 23 A COP 20 e os povos indígenas do Brasil
- 24 Acampados às margens da BR-153, índios desafiam perigo
- 25 Índios latino-americanos querem fundos para proteção ambiental
- 26 Grupo retirado de área desapropriada ocupa novo terreno em Manaus
- 27 Índios invadem prédio da CNA
- 28 Índios tremembés versus projeto Nova Atlântida: destruição em disputa por terras
- 29 II Feira de Cultura Indígena acontece neste sábado (6)

## **Índios protestam contra PEC que dá a Congresso poder de homologar terra indígena** SÍTIO ÚLTIMO SEGUNDO IG BRASIL, 04.12.2014

*Proposta de Emenda à Constituição transfere aos Poder Legislativo responsabilidade hoje pertencente ao Executivo*

Agência Brasil

Flechas, corridas de toras, danças e cantos tradicionais deram o tom da manifestação que reuniu, nesta quinta-feira (4), 50 indígenas dos povos Apinajé, Krahô, Kanela do Tocantins, Xerente, Krahô Kanela e Karajá de Xambioá, todos do Tocantins. Na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, no Distrito Federal, os índios protestam contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere ao Congresso a prerrogativa de homologação de terras indígenas.

"Estamos aqui para defender nossas terras, a demarcação [de terras indígenas] e para dizer à presidenta Dilma Rousseff que não precisamos de PEC 215. Viemos para dizer isso no Senado e na Câmara dos Deputados. Lutaremos até o fim para que a PEC seja engavetada", bradou o índio Wagner Krahô Kanela.

Os indígenas também protestaram contra a indicação da senadora Kátia Abreu, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e integrante da bancada ruralista no Congresso, para o



Cerca de 50 indígenas de tribos de TO promoveram o protesto em frente ao Palácio do Planalto - Agência Brasil

Ministério da Agricultura. Uma foto de Kátia com a presidenta Dilma serviu de alvo para os manifestantes a crivarem de flechas.

### [Relatório mostra relação direta entre violência e falta de demarcações de terra](#)

"A senadora Kátia Abreu não foi eleita com nosso voto. É uma vergonha colocá-la no Ministério da Agricultura", disse Wagner. "Ela não é dona da terra. Não somos nós, indígenas, os donos da terra. Precisamos viver em paz", completou a indígena Gercina Krahô. De acordo com o Palácio do Planalto, ainda não há qualquer confirmação sobre quem vai assumir a pasta.



---

**Índios devem ter maior protagonismo para evitar desmatamento na Amazônia**  
SÍTIO ESTADO DE MINAS, 04.12.2014

Os povos indígenas devem ter maior protagonismo na preservação das florestas e na redução do desmatamento na Amazônia, uma das causas das mudanças climáticas, revela um informe elaborado por entidades ambientais e indigenistas.

Apesar de não existir um reconhecimento das contribuições dos povos indígenas à preservação florestal, os governos não avançam em programas de manejo florestal comunitário, nem no reconhecimento das terras indígenas, destaca o estudo realizado pela Associação Nacional de Povos Indígenas do Peru (AIDSEP) e da organização internacional Forest Peoples Programme (FPP).

No Peru, mais de 75% do desmatamento amazônico ocorre fora dos territórios indígenas e em áreas naturais protegidas, segundo o estudo, apresentado à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP20), que se celebra em Lima até 12 de dezembro.

"Foram feitas promessas, as soluções existem e os recursos estão disponíveis, mas a vontade parece ausente se continuarem ignorando as causas reais da destruição das florestas", disse Michael Valqui, do Centro para a Sustentabilidade Ambiental da Universidade peruana de Cayetano Heredia, um dos autores do estudo.

O informe, intitulado "Tornando visível o invisível: perspectivas indígenas sobre o desmatamento na Amazônia Peruana" (Haciendo visible lo invisible: perspectivas indígenas sobre la deforestación en la Amazonía Peruana, no original em espanhol), estima que em 2013 ao menos 20% do desmatamento no Peru foi atribuído à mineração ilegal de ouro em Madre de Dios (sudeste) e ao desenvolvimento de palma para produção de azeite nas regiões amazônicas de Loreto e Ucayali (nordeste).

Está previsto que estas taxas de desmatamento aumentarão maciçamente, advertiram os pesquisadores, indicando que pelo menos 100.000 hectares da floresta de Loreto são solicitadas para plantações de palmeira para produção de óleo e mais de 50 grandes represas estão planejadas (cada uma com capacidade maior a 100MW), ameaçando inundar milhares de hectares de floresta e deslocar seus habitantes indígenas.

"O manejo florestal comunitário tem sido uma experiência positiva para evitar o desmatamento e as queimadas na Bolívia", disse Natalia Calderón, especialista da Fundação Amigos da Natureza (FAN), durante apresentação nesta quinta-feira na COP20.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

Os territórios indígenas concentram apenas 2% do desmatamento na Bolívia, segundo a FAN. A organização boliviana revelou que 32 milhões de hectares de florestas foram queimados entre 2000 e 2013 neste país, especialmente por causa da agricultura e da pecuária.

Devido aos efeitos climáticos, "esperamos nos próximos anos mudanças extremas na temperatura e nas precipitações em regiões norte-amazônicas" bolivianas, disse Calderón.

**Foto de Kátia Abreu é alvo de flechadas de índios no DF**

SÍTIO TERRA BRASIL, 04.12.2014



Índio usa foto de Kátia Abreu como alvo para flechadas  
Foto: Fernando Diniz / Terra

Uma foto da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) virou alvo de flechas nesta quinta-feira de indígenas do Tocantins, que fizeram um protesto em frente ao Palácio do Planalto. Eles são contrários à indicação da congressista para assumir o Ministério da Agricultura no segundo mandato de Dilma Rousseff.

O grupo, do mesmo Estado de Kátia Abreu, montou uma casa indígena na praça dos três poderes, fez danças típicas e praticou corrida de toras. Uma foto de Dilma ao lado da parlamentar, que preside a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), foi pendurada para a prática do arco e flecha. A imagem da presidente não foi atingida.

Os indígenas protestam contra a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 215, que transfere do Executivo para o Legislativo a competência de demarcar terras, e um projeto de lei que regulamenta um artigo da Constituição que trata das demarcações.

Cotada para a Agricultura, Kátia Abreu apresentou no Senado, em 2013, um projeto de lei que suspende a demarcação de terras invadidas. "Kátia Abreu é da bancada ruralista e vem ameaçando nós, indígenas, acabar com a demarcação. Viemos aqui mostrar para a Dilma que somos contra a nomeação dela", disse Wagner Krahô Kanela, líder do grupo.



**MPF em Ilhéus recorre de sentença que extinguiu ação de indenização por danos morais a índios**

SÍTIO JORNAL DA MÍDIA, 04.12.2014

O Ministério Público Federal (MPF) em Ilhéus/BA apresentou, em 24 de novembro, recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), requerendo a cassação da decisão da Justiça Federal em Itabuna/BA, que extinguiu ação de indenização por danos morais sofridos por cinco índios tupinambás.

A ação civil pública foi movida pelo MPF em 2010 contra a União, em decorrência de atos de violência praticados por policiais federais contra indígenas da etnia tupinambá. A violência teria ocorrido durante diligência policial realizada em junho de 2009, na Fazenda Santa Rosa, no Município de São José da Vitória/BA. A ação requereu a condenação da União ao pagamento de indenização por danos morais em favor da comunidade indígena tupinambá e dos cinco índios diretamente atingidos pela ação violenta.

A sentença, assinada em 31 de outubro pelo juízo da 1ª Vara de Itabuna/BA, extinguiu a ação sem resolução de mérito, ou seja, sem discutir a questão que deu origem à existência do processo: a violência contra os índios.

O MPF em Ilhéus, por meio do procurador da República Gabriel Pimenta Alves, interpôs recurso de apelação, no qual alegou a efetiva ocorrência de danos morais coletivos e individuais sofridos pelos indígenas, e destacou a gravidade dos atos praticados pelos policiais que violaram direitos fundamentais das vítimas. O procurador ressaltou, ainda, a relevância social da causa e a legitimidade do órgão para a tutela de direitos indígenas.



---

**Indígenas guarany-kaiwá deixam sede de fazenda em Iguatemi, MS**

SÍTIO GLOBO.COM, 04.12.2014

*Índios desocuparam sede, mas continuam em área da propriedade.  
Ocupação na propriedade rural ocorre desde 2011.*

Indígenas da etnia guarany-kaiwá que ocupam uma fazenda em Iguatemi (MS) há três anos deixaram a sede da propriedade nesta quinta-feira (4), cumprindo acordo feito na Justiça. Mas o impasse sobre a área continua.

Desde 2011, cerca de 250 índios guarany-kaiwá ocupam uma área da fazenda Cambará, que tem 760 hectares. Em fevereiro de 2014, eles avançaram e entraram na sede da propriedade. Na época, os índios reivindicavam uma escola para crianças indígenas.

No dia 13 de novembro, um acordo entre os índios e o dono da propriedade determinou um prazo para que o local fosse desocupado.

Os guarany-kaiwá tinham até esta quinta-feira para deixar a sede da fazenda Cambará. Eles cumpriram a ordem da Justiça e seguiram para uma área de 100 hectares, dentro da fazenda, cedida pelo dono da propriedade em regime de comodato, que funciona como um empréstimo.

Segundo o acordo, até que processo chegue a uma solução, os índios podem construir casas e plantar nessa área preestabelecida.

Na manhã desta quinta-feira, o produtor rural esteve pela primeira vez, desde fevereiro, na sede da fazenda. Peritos da Polícia Civil também estiveram no local.

De acordo com um dos líderes dos índios, o local não foi deixado em más condições. Ele ainda diz que vai respeitar o acordo, mas o que o grupo não desistiu de lutar pela terra.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), a fazenda Cambará foi identificada como terra indígena, mas ainda não foi demarcada.



---

**Governo federal reconhece estado de calamidade pública em Tarauacá**

SÍTIO GLOBO.COM, 04.12.2014

*Portaria foi publicada nesta quinta-feira (4) no Diário Oficial da União. Cheia dos Rios Tarauacá e Murú afetou ao menos 5.300 famílias.*

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil reconheceu, nesta quinta-feira (4) a situação de calamidade pública decretada pela Prefeitura de Tarauacá, distante 400 km de Rio Branco, no dia 18 de novembro deste ano. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União nesta quinta-feira (4).

De acordo com a Defesa Civil, ao menos 5.300 famílias chegaram a ser atingidas pela cheia dos Rios Tarauacá e Murú. Pelo menos 565 índios da etnia Yawanawá, em seis aldeias às margens do Rio Gregório, também foram atingidos.

O prefeito da cidade, Rodrigo Damasceno informou que ainda aguarda pela liberação de R\$ 794 mil em recursos do Ministério da Integração Nacional, referente à situação de emergência reconhecida pela União no dia 20 de novembro. Ele acredita que esse reconhecimento do governo federal deve beneficiar o município em relação a receber novas emendas.

"A gente acredita que entramos em um grupo mais seletivo de atenção do governo federal, que deve nos olhar de uma forma mais sensível em relação à emenda parlamentar. O que nos preocupa é o recurso que ainda não foi liberado", diz.

O prejuízo na zona urbana, segundo a prefeitura, é de R\$15 milhões. Nesta sexta-feira (5), a prefeitura deve ter o valor do prejuízo na zona rural da cidade.

**Cheia histórica**

De acordo com a Defesa Civil, ao menos 5.300 famílias chegaram a ser atingidas pela cheia repentina dos Rios Tarauacá e Murú. Considerada atípica por ocorrer no mês de novembro, essa foi a sexta cheia que atingiu o município em 2014. Cerca de 91 famílias chegaram a ficar desabrigadas.

Ao menos 565 índios da etnia Yawanawá, em seis aldeias às margens do Rio Gregório, também foram atingidos pela cheia. O governo federal reconheceu, no dia 20 de novembro, a situação de emergência, decretada no dia 16. O município chegou a declarar situação de calamidade pública no dia 18.



## **Indígenas de SP pedem reparação por violência durante ditadura militar**

SÍTIO PORTAL EBC, 04.12.2014

Bruno Bocchini – Agência Brasil

Líder indígena ouvido hoje (4) pela Comissão da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva, o cacique Timóteo Popyguá, da aldeia Taquari, município de Eldorado, pediu reparação à violência e às perdas sofridas pelos indígenas, impostas pelo governo no período militar. Coordenador da Comissão Nacional de Terra Guarani Yvy Rupa, ele disse que há documentação farta sobre os prejuízos dos indígenas no período.

"Há provas documentais, películas, e testemunhos oculares. Temos anciãos que acompanharam o processo na ditadura, muitos povos sofreram barbárie", destacou. "O que nós esperamos é que não fique somente na documentação, mas que, de fato, aconteça uma reparação benéfica para as comunidades indígenas. Nós queremos que sejam reparadas as comunidades", disse.

Hoje, a Comissão da Verdade de São Paulo teve a terceira etapa da audiência pública sobre a violência contra indígenas e comunidades tradicionais. Um relatório sobre as violências contra os índios, cometidas durante a ditadura, foi repassado à comissão pela liderança indígena, e será encaminhada à Comissão Nacional da Verdade.

"Os indígenas estão em um capítulo difícil de enquadrar. Índio nunca foi objeto de reparação. A Comissão Nacional da Anistia, por exemplo, nunca considerou a possibilidade da reparação, porque eles não estão incluídos na resistência política, é um espectro mais amplo da repressão", disse o presidente da Comissão da Verdade paulista, deputado Adriano Diogo (PT).

Também foi ouvida a jornalista Memélia Moreira, hoje residente nos Estados Unidos, que cobriu episódios envolvendo indígenas no período da ditadura. Ela falou sobre o julgamento de 1980, do Tribunal Bertrand Russel, hoje chamado Tribunal dos Povos, que condenou o Brasil por genocídio indígena. A jornalista ressaltou as dificuldades impostas pelo governo para evitar que o cacique xavante Mário Juruna pudesse ter autorização para ir a Rotterdã, na Holanda, para depor.

Ela acompanhou o processo e fez parte da comitiva à Holanda, que incluía o cacique Álvaro Tucano, o escritor Márcio de Souza e o antropólogo Darcy Ribeiro.

Em outubro, Memélia já havia sido ouvida pela Comissão da Verdade. Ela disse ter testemunhado o extermínio das populações indígenas no Amazonas. "As aldeias chegaram a ser bombardeadas com napalm", ressaltou.

Editor: Stênio Ribeiro



## **UnB oferece bolsa de mestrado a indígenas e quilombolas**

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 04.12.2014

Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil Edição: Graça Adjuto

A Universidade de Brasília (UnB) abriu inscrições para o curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais. Esta será a segunda turma. O diferencial do mestrado é que metade das vagas é destinada a comunidades tradicionais, todas com bolsa de estudo. Na primeira edição, a reserva foi apenas para estudantes indígenas. Nesta, as bolsas serão estendidas a quilombolas.

O curso tem duração de 24 meses e carga horária de 420 horas. São oferecidas 30 vagas, sendo 15 destinadas exclusivamente a candidatos autoidentificados indígenas e quilombolas residentes no país. As inscrições podem ser feitas até 16 de fevereiro de 2015. O edital está disponível na internet.

"[A pós-graduação] é justamente o ambiente onde se produz conhecimento na universidade e se projeta esse conhecimento para a sociedade, um espaço de construção do pensamento. Acharmos que é estratégico ocupar esse espaço e fazer com que ele represente a diversidade cultural do Brasil", diz a coordenadora do mestrado, Mônica Nogueira. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 79,18% dos mestres no país são brancos.

"Acredito que aqui vão se formar mestres, pessoas que virão com um saber, desenvolver a confluência do saber cultural com o saber acadêmico e voltar com esse saber, vamos dizer resignificado e com a solução de alguns problemas enfrentados pelas comunidades", disse Antônio Bispo dos Santos, liderança quilombola, no lançamento do programa.

A indígena do povo xavante de Mato Grosso Samantha Ro'Otsitsina graduou-se mestra na primeira edição do programa: "Sempre fui muito atuante nas questões de direitos indígenas. Com o curso, pude qualificar a minha atuação", disse. De acordo com o IBGE, são 818 os indígenas mestres, 0,1% do total dessa população .

O público-alvo é formado por profissionais vinculados a instituições que promovam a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais, como associações de base comunitária, organizações não governamentais de assessoria, redes de representação e articulação política ou órgãos de governo das esferas municipal, estadual ou federal. É precioso ter graduação em áreas ligadas à questão. A seleção ocorre ao longo do mês de março de 2015 e as aulas começam em abril. As bancas examinadoras contarão com a presença de indígenas e quilombolas.



---

**PGR recorre de decisão do STF que anulou ampliação de terra indígena no Maranhão**  
SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 04.12.2014

*Segunda Turma do STF anulou portaria do Ministério da Justiça que reconhecia a área como posse permanente dos Canela-Apãniekra*

A Procuradoria-Geral da República apresentou recurso (embargos declaratórios) contra decisão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que anulou a Portaria 3.508/2009, do Ministério da Justiça – norma que declarou a terra indígena Porquinhos, no Maranhão, como de posse permanente do grupo indígena Canela-Apãniekra.

Com a anulação da portaria, os indígenas perdem parte do território, que foi incluído depois da decisão ministerial. A terra indígena, demarcada em 1979 e homologada em 1993, havia passado de 79 mil hectares para 301 mil. A decisão do STF foi baseada no julgamento do processo Raposa Serra do Sol – que serve de jurisprudência para futuras decisões, o que é questionado pela PGR.

Nos embargos declaratórios, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, aponta omissão da decisão pela falta de exame das peculiaridades do caso e argumenta que a proibição de se ampliar terras já demarcadas quer “evitar prejuízo a direitos de terceiros não índios adquiridos após uma primeira demarcação, com a crença de que era legítima e definitiva”.

O parecer esclarece que a demarcação realizada antes da Constituição de 1988 contém vícios graves e insanáveis, e não reflete a realidade de ocupação das comunidades indígenas envolvidas. Afirma, ainda, que as irregularidades já eram conhecidas na época da primeira demarcação da Terra Indígena Porquinhos e que a ampliação da área foi necessária para revisar os erros cometidos.

O MPF aponta como segunda omissão a desconsideração da norma do § 4º do art. 231 da Constituição, que estabelece que os direitos dos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas não prescrevem. “Aqui, o que se tem é comunidade indígena protegida por uma primeira demarcação, classificação questionada pelos órgãos administrativos em razão dos graves defeitos daquele “procedimento”, defende o parecer.

Para finalizar, o PGR defende que os indígenas sejam consultados em situações que os afetem diretamente e pontua que, se eles não foram ouvidos em questões anteriores, foi porque o resultado era favorável a eles. “No presente caso, em que há evidente prejuízo aos indígenas, a sua participação é absolutamente necessária”, destaca Janot.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

Saiba mais – Em setembro, o STF deu ganho de causa aos municípios de Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra e Barra do Corda, no Maranhão, que questionavam decisão do Superior Tribunal de Justiça de manter a validade da portaria. Os autores do recurso alegaram que no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, o STF teria negado a ampliação das reservas indígenas já demarcadas.



**Ninawa Huni Kui sobre a COP 20: "O espaço que foi criado para os povos originários (indígenas) é um cala boca"**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2014

Por Ninawa Huni Kui

Desde a criação da história da raça humana, os povos originários (indígenas) são parte dos seres vivos do mundo.

No início da destruição da América Latina, precisamente na América do Sul, tomaram nossos territórios à custa de sangue dos nossos antepassados.

Esse cruel massacre dos nossos povos, chamaram de "descobertas", desbravação, desenvolvimento, progresso, civilização etc.

Atualmente a mãe terra cobra a todo custo o resultado da ganância capitalista; aí chamam isso de Mudanças do Clima.

Agora o mundo inteiro se reúne dizendo que vai parar de mudar o clima no mundo inteiro.

Não é verdade, é pura mentira; a COP20 não vai parar a mudança do clima. Lhes digo porque, porque a COP20 é só uma oportunidade para os governos, que já destruíram tudo em seu país, negociarem para começar a destruir em outro país, aonde ainda existem florestas, costumes e tradições.

Todos esses territórios, costumes e tradição são destruídos pelos governos e pelas companhias internacionais, em nome dessa desgraça chamada de progresso.

O espaço que foi criado para os povos originários (indígena) é um cala boca, é somente para agradar, porque neste lugar ficam os indígenas falando de suas dificuldades uns para os outros; enquanto isso, na verdadeira conferência COP20, Governos e destruidores tomam as decisões pelo futuro dos territórios dos nossos filhos.

Peço desculpa aos irmãos indígenas que estão a serviço de governos.

"Unir para Lutar e Unificar para Vencer"



## **STF vai julgar ação contra decreto que favorece quilombolas**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2014

*Decisão do STF pode levar à paralisação de quase 1400 processos de titulação fundiária que tramitam no Incra. Para Comissão Pastoral da Terra, o que está em jogo é "o direito de populações historicamente discriminadas".*

Está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) desta quinta-feira, 4, o julgamento da constitucionalidade do decreto que regulamenta a titulação de terras das comunidades remanescentes de quilombos. O julgamento, que pode ocorrer hoje ou nos próximos dias, causa apreensão entre quilombolas e organizações não governamentais. Se o decreto for considerado inconstitucional, quase 1400 processos de titulação que tramitam no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) poderão ser paralisados.

O que está em discussão é o Decreto 4.887. Assinado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988 – que garantiu o direito dos quilombolas às terras que ocupam.

Em 2004, o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF questionando a validade legal do decreto, cujos itens abrangem questões de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras.

Segundo o DEM, o decreto é ilegal porque invade a esfera do Legislativo. O partido também questiona o critério de autoatribuição para identificar os remanescentes de quilombos.

Hoje qualquer grupo pode se autoidentificar como quilombola. Se for reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, também pode reivindicar as terras que ocupa junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Ao se manifestarem sobre a chamada ADI 3239, a Procuradoria Geral da República e a Advocacia Geral da União (AGU) disseram que é improcedente. Mas o ministro Antônio Cezar Peluso, que foi relator do caso antes de se aposentar, votou pela inconstitucionalidade do decreto.

Em 2012, um pedido de vista, apresentado pela ministra Rosa Weber, interrompeu o julgamento, que agora retorna à pauta do STF.

Para a Comissão Pró-Índio de São Paulo, que acompanha a questão da titulação de terras de remanescentes de quilombos, a ação proposta pelo DEM faz parte de uma ofensiva conservadora cujo objetivo é impedir a efetivação dos direitos previstos na Constituição.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

Em manifesto sobre o julgamento, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) disse esperar que “os ministros do STF julguem a ADIN 3239 a partir dos direitos fundamentais da pessoa humana e não se enredem em questões minúsculas de formalidades jurídicas”. Para a organização, o que está em jogo é “o direito de populações que historicamente foram discriminadas, massacradas, jogadas à margem da sociedade”.

Quando os constituintes incluíram a questão das terras de remanescentes de quilombos no texto constitucional, estimava-se em torno de 100 o total de comunidades. Só neste ano, porém, foram certificadas 155 no Brasil. Ao todo, hoje, são 2.480 comunidades reconhecidas.

O número de comunidades com títulos de propriedade fundiária, porém, é muito inferior. No total são apenas 218 comunidades quilombolas, instaladas em 129 territórios, com 1,08 milhão de hectares.

Atualmente existem 1.386 processos de regularização fundiária abertos nas superintendências regionais do Incra.

Apesar do pequeno número de terras tituladas, o nível de tensão em torno da questão quilombola é menor do que no caso das terras indígenas. Segundo um assessor da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), isso se deve em grande parte ao pagamento de indenizações.

No caso das disputas com os índios, os agricultores obrigados a sair das terras que eles reivindicam recebem indenizações apenas pelas benfeitorias – e o pagamento é feito com títulos da dívida agrária (TDAs). No caso dos quilombos, são pagas as benfeitorias e a terra, em dinheiro. O que causa mais debate na Justiça é o valor estipulado pelo governo.



---

**Artigo | A auto-definição como direito indígena**

SÍTIO TERRA DE DIREITOS, 04.12.2014

A decisão em primeira instância da Justiça Federal do Pará, que declarou inexistente a Terra Indígena Maró, no Oeste do Pará, é exemplo da falta de conhecimento histórico e cultural de autoridades do nosso país. Na última quarta-feira, o juiz Airtton Portela determinou que o relatório produzido pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que identifica e delimita a área de 42 mil hectares onde vivem indígenas das etnias Borari e Arapium, não tem qualquer validade jurídica.

Em resposta a isso, Tatiane Braga Ferreira, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Federal do Pará, disponibilizou parte de sua dissertação, que exemplifica a falta de coerência na decisão da Justiça Federal.

Confira:

**Identidade Indígena Borari – Arapium**

Por Tatiane Braga Ferreira\*

A auto-identificação indígena para os Borari-Arapium é uma estratégia, não somente de resgate de parte da cultura considerada perdida, mas prioritariamente, de defesa dos direitos constitucionais, como o direito à terra e a seus recursos naturais, bem como o direito de viver do modo como sempre viveram, já que a ocupação de seu território segue orientações cosmológicas e mitológicas que ordenam os espaços na aldeia e seus arredores, assim como a utilização dos recursos naturais daquela área de acordo com seus conhecimentos tradicionais e seus padrões de utilização, manejo e gestão dos recursos naturais, evidenciando sua ancestralidade e identidade indígena. O que os Borari-Arapium fizeram foi buscar, através da legislação nacional e daquelas ratificadas pelo Brasil, assim como através dos órgãos competentes, a garantia destes direitos, revelando as razões pelas quais entendiam serem os donos daquela terra, pois pertencem aos povos Borari e Arapium e aquelas terras foram primeiramente ocupadas por seus antepassados.

Neste sentido, Viveiros de Castro [i] argumenta que “[...] índio não é uma questão de cocar de pena, urucum e arco e flecha, algo de aparente e evidente nesse sentido estereotificante, mas sim uma questão de “estado de espírito”. Um modo de ser e não um modo de aparecer”. Para Viveiros de Castro, os povos indígenas mantinham suas identidades submersas por muitas razões: porque tinham sido ensinadas a não dizer mais que eram indígenas, ou ensinadas a dizer que não eram mais indígenas; porque tinham sido colocadas em um liquidificador político-religioso, um moedor cultural que misturara etnias, línguas, povos, regiões e religiões,

CONT.



para produzir uma massa homogênea capaz de servir de “população”, isto é, de sujeitos (no sentido de súdito) do Estado.

A luta pela terra protagonizada pelos Borari-Arapium está distante de ser apenas por espaço territorial. Essa luta deve ser entendida como a busca pela sobrevivência e manutenção de um território que abrange a articulação entre as dimensões sociais, políticas, culturais e a natureza. Pois, enquanto esta última oferece materiais (recursos naturais), que regulam o modo de viver dos Borari-Arapium, as dimensões sociais e políticas estabelecem a forma como esses materiais são utilizados, manejados e geridos, e a dimensão cultural expressa a cosmologia de como o território e seus recursos naturais são apropriados e explorados pelos indígenas.

A entrada de empresas madeireiras na região, onde se localiza a TI Maró, representa um exemplo da dimensão social do conflito por terra, pois enquanto os Borari-Arapium reivindicam o controle sobre suas terras, os empresários estão interessados em explorar os recursos madeireiros existentes na mesma. Foi diante desse cenário que os Borari-Arapium iniciaram sua luta pelo direito à terra que tradicionalmente ocupam e pelo controle dos recursos naturais, direitos estes de garantia do território, para além da posse da terra e da proteção dos recursos naturais. É neste sentido que as situações de conflito ora vivida pelos Borari-Arapium propiciaram um contexto no qual estes grupos indígenas estruturam um discurso identitário, com base na demarcação de fronteiras étnicas, se diferenciando dos demais grupos envolvidos na luta pela regularização fundiária na Gleba Nova Olinda.

Desse modo, os Borari-Arapium passaram a reivindicar formalmente seu território, organizando-se e articulando-se local e sistematicamente, para a mobilização de mecanismos, a partir da auto-identificação indígena e dos processos inerentes junto aos órgãos competentes: Ministério Público Federal (MPF) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a fim de combater o processo de usurpação de seu território e dos recursos naturais nele existentes. As aldeias Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, que constituem a TI Maró fazem parte do movimento de ressurgimento de identidades étnicas indígenas que vem se delineando na Amazônia. Iniciado em meados da década de 1990, tal movimento reúne diversas comunidades do Baixo Rio Tapajós e Rio Arapiuns que afirmam sua ancestralidade indígena [ii] [iii][iv].

Os Borari-Arapium expuseram em seus documentos aos órgãos competentes os problemas que os afetavam e as demandas por direitos específicos assumidos a partir da afirmação pública da identidade étnica, direitos estes reconhecidos pela Constituição Federal de 1988. É neste sentido que me reporto a Almeida (2008)[v], ao salientar que o fator identitário leva as pessoas a se agruparem sob uma coletividade expressando e declarando seu pertencimento a um povo ou um grupo a fim de encaminharem demandas e reivindicações ao governo para o reconhecimento de suas formas intrínsecas de acesso à terra e outros direitos.

Vale ressaltar, aqui, o critério da auto-identificação como identificador dos grupos sociais, aos quais se aplica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (Art. 1º, 2), ratificada pelo Governo Brasileiro, em 2002, representa uma inversão de papéis entre o

CONT.



“sujeito de direito” e o “aplicador do direito”. O disposto no item 2 do art. 1º da Convenção 169 da OIT preceitua que: “A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tida como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições desta Convenção”.

A Convenção 169 da OIT não define quem são os povos indígenas ou tribais, mas estabelece o critério da auto-definição como instrumento para que os próprios sujeitos de direito se identifiquem. Portanto, não cabe a um Juiz decidir quem é ou não indígena!

Outro dispositivo de grande importância na Convenção 169 da OIT, em especial ao caso concreto da TI Maró, é o que dispõe o item I do art. 7º: “Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de decidir suas próprias prioridades no que se refere ao processo de desenvolvimento na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, e às terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural” (CONVENÇÃO 169 da OIT).

O texto da Convenção, além de basear-se na auto-definição dos sujeitos sociais, reconhece explicitamente a usurpação de terras. Diante do exposto no item I do art. 7º da Convenção 169 da OIT, observamos que a extração de madeira na Gleba Nova Olinda contradiz a referida Convenção, seus argumentos ignoram ou desconhecem a Constituição Federal Brasileira e a Convenção 169 da OIT, que tratam do assunto.

\* Trecho adaptado da dissertação “Manejo, gestão de recursos naturais e luta pela terra pelos Borari de Novo Lugar – TI Maró, Santarém, Pará”.

[i] VIVEIROS DE CASTRO, E. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. Entrevista. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Eds.). Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005. São Paulo: ISA, 2006, p. 41-49.

[ii] SANTOS, I. M. C. dos. Pueblos indígenas del Bajo Río Tapajós, rostros contemporâneos de Brasil. 2005. 150f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Quito: Faculd Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2005.

[iii] IORIS, E. M. A Forest of disputes: struggles over spaces, resources and social identities in Amazonia. 2005. 326 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Universidade da Flórida, USA. 2005.

[iv] VAZ FILHO, F. A. Povos indígenas e etnogêneses na Amazônia. In: LUCIANO, G. dos S.; OLIVEIRA, J. C.; HOFFMANN, M. B. (Orgs.). Olhares indígenas contemporâneos. Brasília, CINEP, 2010a. p. 104-159

[v] ALMEIDA, A. W. B. de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaquais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, 192p.



## **Índios de Brasil e Peru denunciam quadrilhas de madeireiros ilegais que ameaçam e matam nativos**

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.12.2014

*Líderes indígenas brasileiros e esposas de ashaninkas peruanos assassinados em setembro denunciaram nesta quarta-feira a presença de quadrilhas de madeireiros ilegais na fronteira, que matam e ameaçam nativos para que abandonem suas terras*

AFP, Yahoo Notícias

“São máfias presentes no lado peruano – totalmente desprotegido – que estão matando líderes como os quatro da comunidade ashaninka peruana de Saweto”, disse em coletiva de imprensa Francisco Piyako, líder da comunidade ashaninka brasileira de Apiwtxa, localizada no Acre, na fronteira entre Brasil e Peru.

Piyako reforçou que sua comunidade se solidariza com as viúvas em seu apelo ao governo para que se investigue a morte de seus maridos e para que lhes sejam entregues os títulos de suas terras.

O assassinato dos líderes peruanos de Saweto, localizada nas cabeceiras do Rio Tamaya, ocorreram no dia 1º de setembro e seus corpos foram encontrados em lugares diferentes. Dois deles continuam desaparecidos, apesar da morte dos quatro ter sido confirmada pelas autoridades.

Os ashaninkas protegem os recursos naturais das máfias de madeireiros ilegais instaladas na zona fronteiriça entre Brasil e Peru.

“Nós somos irmãos, não existe fronteira. Estamos preocupados com a situação da comunidade de Saweto, que não recebe ajuda do governo e de mais ninguém”, disse Piyako.

Isaac Piyako, outro líder de Apiwtxa, disse que a forma como os indígenas têm de enfrentar essas máfias é obtendo a titulação das terras, como aconteceu no Brasil quando, em 1992, deram-lhes os documentos e desde então receberam proteção do Estado.

Ergilia Engrifo, esposa do líder assassinado Jorge Ríos, disse que, depois da morte de seus familiares, receberam “apenas promessas”.

“A presidenta do Conselho de Ministros, Ana Jara, disse-lhes que em dez dias entregaria a titulação de suas terras e os culpados pelas mortes”, contou. Isso “nunca aconteceu. Estamos há semanas em Lima exigindo justiça e ajuda para nosso povo, mas o governo não nos recebe”.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

Também a acompanhavam Julia Pérez, esposa do líder indígena Edwin Chota, Adelina Vargas, esposa de Francisco Pinedo e Lita roja, de Leoncio Quincima.

Os extratores ilegais, muitos de nacionalidade peruana e brasileira, entram nas áreas peruanas sob domínio indígena para extrair madeira, desenvolvendo suas atividades mediante ameaças às comunidades, disse o americano David Salisbury, antropólogo e geólogo que trabalha com as comunidades da Amazônia.

“A situação se agrava por falta de titulação das terras. No lado brasileiro não há problema porque os Apiwtxa têm títulos, meios de comunicação, postos de saúde, policial e militar, internet e escolas”, disse.

A coletiva de imprensa foi organizada pela Rainforest Foundation US em um marco da Conferência das Partes (COP20) das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que acontece em Lima e reúne representantes de 195 países.



## **Povos Indígenas: ainda uma vez o esbulho**

SÍTIO CIMI, 04.12.2014

Membros do Supremo Tribunal Federal (STF) querem interditar os benefícios da justiça de transição aos povos indígenas do Brasil, ao dar acolhida a entendimento de que a Constituição de 1988 é o marco temporal para se avaliar a presença de povos indígenas em terras reclamadas para demarcação e homologação. Está em vias de ser decretado, assim, o esquecimento para todo o roubo ou esbulho de terras indígenas ocorridos nos anos anteriores a 1988, como por exemplo, os casos que surgiram nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

A 2ª Turma do STF reunida em 16 de setembro de 2014 votou por maioria contrariamente aos direitos dos Guarani-Kaiowá sobre a terra da qual foram expulsos em 1940. Os indígenas nunca desistiram de voltar a ocupar seu território tradicional. Três dos cinco ministros, Gilmar Mendes, Celso de Melo e Carmen Lúcia, votaram contra os índios. O relator Ricardo Lewandowski votou a favor e Teori Zavascki se declarou impedido e não votou. A decisão final sobre o caso será tomada pelo plenário.

Se confirmada, a decisão representa um sério revés para a causa indígena. Depois de impedir a punição aos torturadores, o STF anistiará a todos que grilaram terras indígenas no Brasil antes de 1988.

Anistiará aqueles que, para ter a posse, se beneficiaram de atos passados de falsificação de documentos em cartórios; arrendamentos com o órgão tutor dos índios que, com o tempo, viraram posses registradas em cartórios; comercialização ilegal de terras indígenas, grilagem de terras.

Grave também é o fato do STF anistiar a si próprio, tal qual a ditadura fez com seus torturadores, passando uma borracha sobre a atuação do judiciário no esbulho das terras indígenas no Brasil de 1988 para trás. Uma ação iniciada no STF em 1961, sobre o roubo de terras indígenas no atual Mato Grosso do Sul, teve como desfecho dos magistrados da mais alta corte do país, em 2014, uma declaração de que mais nada se poderia fazer, mesmo tendo sido provado o esbulho de terra indígena. A justificativa: teria se passado muito tempo. Nenhuma linha sobre a necessidade de reparação aos povos esbulhados do Mato Grosso do Sul. Somente um "arquite-se" mais de 50 anos depois.

É sem dúvida o retrato da vergonhosa demora da Justiça brasileira para fazer cumprir o artigo 231 da Constituição de 1988 e os seus similares nas constituições passadas, que sempre garantiram a prevalência do direito originário do índio brasileiro face a qualquer tipo de posse que os prejudique, engendrada pelo Estado ou pela sociedade envolvente.

CONT.



A Comissão Nacional da Verdade aponta que os povos indígenas brasileiros foram o segmento da população mais atingido por graves violações de direitos humanos entre 1946-1988, sendo que com esta população a violência ocorreu em todas as quatro décadas apuradas e de forma brutal.

Foram mais de quarenta anos de assassinatos seletivos de lideranças, caciques, religiosos e apoiadores; chacinas e massacres; extinções de aldeias com deslocamentos forçados; prisões ilegais; tortura e desaparecimento de índios; maus tratos na gestão da saúde e no cuidado do contato; escravização.

Na raiz de toda a violência está o intento de afastar os indígenas de suas terras tradicionais, para apossar-se delas e de suas riquezas, incorporando-as ao chamado desenvolvimento nacional.

A decisão da 2ª Turma contrasta com a disposição da Comissão Nacional da Verdade que, pela primeira vez, admitiu que muitas das terras que em 1988 não eram mais habitadas por grupos indígenas estavam vazias de índios porque foi praticada muita violência contra estes povos.

A criação de um marco temporal como exigência para o reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas solapa qualquer benefício adquirido pelo índio com o resultado da Comissão Nacional da Verdade. Representa também o afastamento do Supremo Tribunal Federal do conceito de justiça contido nos tratados internacionais assinados pelo Brasil.

A justiça não será feita ao se desconsiderar as razões pelas quais algumas das terras reclamadas por indígenas estariam vazias no marco temporal que se deseja aplicar. Nos anos de 1980, Angelo Kretã morreu no processo de luta pela retomada de suas terras e por respeito aos direitos territoriais dos Kaingang. Seu caso ainda não foi esclarecido pela Comissão Nacional da Verdade, mas estudos realizados pelo grupo de trabalho demonstram que o estado brasileiro sabia 11 anos antes do "acidente" que vitimou o cacique Kaingang, que ele tinha razão na luta por seus direitos.

O grupo de trabalho apurou que no julgamento de cassação do deputado paranaense Jorge Cury, realizado em 19 de janeiro de 1969, o secretário do Conselho de Segurança Nacional registrou na ata secreta da 45ª sessão que o deputado era grileiro de terras indígenas. Ele foi cassado e nada se fez sobre a grilagem. Kretã morreu no processo de retomada destas terras.

Em artigo publicado no dia 19 de novembro deste ano, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha contextualiza o assassinato e o direito defendido pela liderança indígena Kaiowá Marinalva Manoel (na foto acima), de 28 anos, assassinada em 1o de novembro deste mesmo ano no Mato Grosso do Sul. Esfaqueada 15 dias após voltar de um ato em que participou em frente ao STF pelo reconhecimento dos direitos de seu povo.

O governo federal, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional devem desculpas concretas aos povos indígenas brasileiros, todos os poderes da República foram e são parte importante de seus problemas.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

Esperamos que os demais ministros não sigam o entendimento da 2ª Turma por ocasião do julgamento do caso em plenário, que o voto seja pelo não provimento, reafirmando o direito originário às terras indígenas tão vilipendiado frente a tantas violências sofridas por estes povos, antes e depois de 1988, que se faça justiça aos povos indígenas do Brasil demarcando suas terras sem subterfúgios, que o STF seja parte da solução, afirmando o direito à justiça de transição.

A demarcação de suas terras é a principal reparação de vida aos povos indígenas pelo Estado e a sociedade brasileira.



---

**Inkra destaca políticas públicas para quilombolas em balanço da SEPPIR**

SÍTIO CENTRO DE ESTUDOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DESIGUALDADES, 04.12.2014

O residente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, representou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, no Balanço de Gestão 2011/2014 da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), nesta quarta-feira (3), em Brasília.

O presidente do Incra destacou as políticas públicas voltadas para povos e comunidades tradicionais no meio rural. "Em 2014, tivemos muito do que nos orgulhar, batemos o recorde de portarias de reconhecimento de comunidades quilombolas. São quinze comunidades reconhecidas e vamos chegar a 19 comunidades", adiantou Carlos Guedes.

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairos, afirmou que o trabalho em conjunto contribuiu para o sucesso das políticas voltadas para esse público. "A minha fala hoje é apenas de agradecimento e reconhecimento, porque para trilhar esse caminho que estamos trilhando precisamos de ajuda. E, em 2015, teremos maior possibilidade de ampliar as oportunidades para a população negra."

O evento reuniu diversos ministérios, secretarias e institutos para apresentar as ações voltadas para a população negra no País.

**Programa Brasil Quilombola**

"O MDA e o Incra têm dado contribuições importantes e significativas para a construção do Programa Brasil Quilombola, que é o grande destaque desse balanço", comentou o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério, Edmilton Cerqueira.

Entre as iniciativas do Programa, estão o desenvolvimento agrário, regularização fundiária, certificação de comunidades quilombolas e a inscrição no Bolsa Família.

Dentre as políticas do MDA, o coordenador destacou a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) e o Selo Quilombos do Brasil como algumas das iniciativas voltadas para povos e comunidades tradicionais.

Fonte : Portal Áfricas



---

**Indígenas de SP pedem reparação por violência durante ditadura militar**  
SÍTIO R7, 04.12.2014

*O cacique Timóteo Popyguá afirmou que há documentação sobre os prejuízos dos indígenas*

Da Agência Brasil

Líder indígena ouvido nesta quinta-feira (4) pela Comissão da Verdade do estado de São Paulo Rubens Paiva, o cacique Timóteo Popyguá, da aldeia Taquari, no município de Eldorado, pediu reparação à violência e às perdas sofridas pelos indígenas, impostas pelo governo no período militar. Coordenador da Comissão Nacional de Terra Guarani Yvy Rupa, ele disse que há documentação farta sobre os prejuízos dos indígenas no período.

— Há provas documentais, películas, e testemunhos oculares. Temos anciãos que acompanharam o processo na ditadura, muitos povos sofreram barbárie. O que nós esperamos é que não fique somente na documentação, mas que, de fato, aconteça uma reparação benéfica para as comunidades indígenas. Nós queremos que sejam reparadas as comunidades.

Nesta quinta-feira, a Comissão da Verdade de São Paulo teve a terceira etapa da audiência pública sobre a violência contra indígenas e comunidades tradicionais. Um relatório sobre as violências contra os índios, cometidas durante a ditadura, foi repassado à comissão pela liderança indígena, e será encaminhado à Comissão Nacional da Verdade. O presidente da Comissão da Verdade paulista, o deputado Adriano Diogo (PT), também comentou o assunto.

— Os indígenas estão em um capítulo difícil de enquadrar. Índio nunca foi objeto de reparação. A Comissão Nacional da Anistia, por exemplo, nunca considerou a possibilidade da reparação, porque eles não estão incluídos na resistência política, é um espectro mais amplo da repressão.

Também foi ouvida a jornalista Memélia Moreira, hoje residente nos Estados Unidos, que cobriu episódios envolvendo indígenas no período da ditadura. Ela falou sobre o julgamento de 1980, do Tribunal Bertrand Russel, hoje chamado Tribunal dos Povos, que condenou o Brasil por genocídio indígena. A jornalista ressaltou as dificuldades impostas pelo governo para evitar que o cacique xavante Mário Juruna pudesse ter autorização para ir a Rotterdã, na Holanda, para depor.

Ela acompanhou o processo e fez parte da comitiva à Holanda, que incluía o cacique Álvaro Tucano, o escritor Márcio de Souza e o antropólogo Darcy Ribeiro.

Em outubro, Memélia já havia sido ouvida pela Comissão da Verdade. Ela disse ter testemunhado o extermínio de populações indígenas no Amazonas.

— As aldeias chegaram a ser bombardeadas com napalm.

**Agricultores denunciam abandono do governo depois de retirada de terras indígenas**  
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS, 04.12.2014



A Comissão de Agricultura busca solução para produtores rurais obrigados a sair de terras indígenas.  
Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

Produtores rurais que foram retirados do vilarejo Posto da Mata, em Mato Grosso, em processo no qual foram obrigados a sair de terras indígenas, denunciaram que o governo federal abandonou as famílias nas áreas do Projeto Casulo, assentamento criado para recebê-los após a decisão judicial de 2012 que retirou os não índios da reserva xavante Marãiwatsédé.

A audiência pública promovida nesta quinta-feira (4) pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural recebeu aproximadamente 60 trabalhadores que relataram o descaso do Executivo para com os assentados.

O ex-presidente da Associação de Produtores Rurais da Suiá Missú (Aprosum) Renato Teodoro afirmou que as famílias moram em lona, sem água, sem acesso a estradas, sem energia elétrica e sem saneamento. "Houve vários compromissos assumidos pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] que não foram cumpridos porque o projeto Casulo não existe, só no papel", afirmou Teodoro.

Ele afirmou que o processo de retirada foi feito de forma desumana porque deixou muitas famílias abandonadas. "Ninguém respeitou nada, destruíram igrejas, escolas. Produtores se mataram, se separaram, ficaram doentes. Foi uma desumanidade, e ninguém consegue resolver o assunto", relatou Renato Teodoro.

[VÍDEO - Nilson Leitão: modelo atual de demarcações de áreas indígenas traz mais problemas que soluções.](#)

#### Lixão

A vice-prefeita de Alto da Boa Vista (MT) Irene Maria Rocha Santos denunciou que há pessoas vivendo em lixão na área, buscando comida. "Não fomos ouvidos por ninguém. Minha indignação é pelo descaso", disse.

Emocionada, a comerciante Maria Brasilina, disse que antes da retirada tinha renda própria e era uma microempresária em Posto da Mata, e que hoje precisa trabalhar como doméstica para

CONT.



ter o que comer. Brasilina também relatou que chegou ao ponto de pedir dinheiro nas estradas para comprar comida.

#### Histórico

Em outubro de 2012, o Supremo Tribunal Federal determinou a devolução para o povo Xavante da área de 165 mil hectares ocupada por produtores rurais. A operação de retomada contou com a participação do Exército e de outras forças policiais.

O Posto da Mata, vilarejo que havia sido construído dentro da área da terra indígena, foi uma das áreas desocupadas no processo. A Justiça determinou que a União providenciasse assentamentos da reforma agrária aos necessitados no chamado projeto Casulo, em Alto da Boa Vista, onde, atualmente, existem 97 famílias assentadas.

#### Demarcação

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que solicitou o debate, disse que a PEC 215/00 pode ser a solução para os problemas de demarcação de terras indígenas.

A proposta transfere para o Congresso Nacional a responsabilidade pelos processos de demarcação. "O modelo atual de demarcação traz mais problemas do que soluções, tanto para produtores quanto para índios. Não podemos mais dividir o Brasil entre índios e não índios", lamentou o parlamentar.

Marcada para esta semana, a comissão especial que analisa a proposta (PEC 215/00) que submete ao Congresso a decisão final sobre a demarcação de áreas indígenas adiou para a próxima terça-feira (9) a votação do parecer do relator, deputado Osmar Serraglio (PDMB-PR). A reunião está marcada para as 14h30.

#### Solução que tarda

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Torsiano, reconheceu os problemas apontados na audiência pública, mas disse que o governo está empenhado em solucionar essa situação.

Ele afirmou que o Executivo está repassando R\$ 300 mil para a prefeitura de Alto da Boa Vista construir estradas e liberando R\$ 3.200 para cada família como crédito inicial de fomento. Torsiano também afirmou que os recursos para construção das moradias já estão autorizados e liberados .

No entanto, o representante do Incra reconheceu uma obviedade: "O tempo para nós, que estamos nos gabinetes com ar condicionado em Brasília, é diferente do tempo daqueles que estão sofrendo".

#### Íntegra da proposta:

[PEC-215/2000](#)

Reportagem – Luiz Gustavo Xavier

Edição – Newton Araújo



---

**Índios ficam com terras e pecuarista pede prazo para retirar gado**

SÍTIO IEPEC, 04.12.2014

Foi realizada na terça-feira (2), em Campo Grande (MS), uma audiência de conciliação entre índios Taunay/Ipegue e proprietário rural que solicitou para retirar o pedido de reintegração de posse das terras.

A fazenda, de 1.800 hectares e avaliada em R\$ 30 milhões, localiza-se no município de Aquidauana.

A área teve os estudos de identificação conclusos em 2004 e foi reconhecida como terra indígena, junto a outras 16 propriedades da região. A Justiça Federal suspendeu o processo demarcatório atendendo pedido dos fazendeiros, em 2010.

A família de pecuaristas tem 90 dias para liberar a área, fazendo a retirada de todos os bens da fazenda e cerca de 4 mil cabeças de gado.

Foi assinado, extrajudicialmente, um acordo entre os indígenas, os proprietários da fazenda e representantes do Ministério Público.



## **Força Nacional relatam 'improviso' para cuidar de 20 mil índios**

SÍTIO RÁDIO GRANDE FM 92,1, 04.12.2014

*Força Nacional de Segurança Pública está presente nas aldeias Tey' Kue, Bororó e Jaguapiru*

Desde outubro de 2011 a Força Nacional de Segurança Pública está presente em Mato Grosso do Sul, sendo responsável por garantir a ordem nas aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados e também na aldeia Tey'kue, no município de Caarapó, ambas na região Sul do Estado.

Consideradas áreas de tutela federal, as aldeias indígenas convivem com os problemas de segurança que dia pós dia elevam os índices de criminalidade em meio a comunidade.

Somente na Bororó e Jaguapiru, são 15 mil indígenas que diariamente têm de lidar com uma rotina de insegurança e violência que é fruto, principalmente, do consumo excessivo de álcool e drogas e da ausência de políticas públicas de combate.

Estado e a União negam, mas não estão presentes como deveriam dentro dessas comunidades, que fazem parte do país assim como todo o restante da população. Essa é a conclusão de lideranças indígenas, que acusam insuficiência no trabalho da Força Nacional e ausência dos governos no combate a violação de direitos.

Para se ter uma ideia de como a segurança nas aldeias é negligenciada, atualmente são oito policiais da Força que trabalham no zelo pela integridade de mais de 20 mil indígenas, considerando a população da Jaguapiru (oito mil), Bororó (sete mil) e Tey'Kue (seis mil). Esse grupo se reveza em plantões de 24h/48h, com um dia de sobreaviso, quatro de prontidão e um de serviço, circulando em duas viaturas.

O Dourados News conversou com alguns desses policiais, que relataram a realidade de dificuldade em ter uma área de responsabilidade grande frente a um efetivo verdadeiramente pequeno.

"É complicado. É muita gente, um terreno com muitas dificuldades de locomoção e uma demanda grande principalmente por conflitos que começaram por causa de bebida e drogas, que são os motivos que observamos nas ocorrências aqui. Geralmente são conflitos familiares no âmbito doméstico, com violência elevada", disse um policial, que preferiu não ser identificado.

A Força Nacional é composta por policiais militares de vários Estados. Um militar que atuou numa grande capital do país, disse que no comparativo, o trabalho nas aldeias é menos complicado. O que o torna "difícil" é realmente o efetivo insuficiente.

CONT.



“Por várias vezes estamos lá em Caarapó [localizado a uma distância de 50 quilômetros de Dourados] e há uma ocorrência em Dourados tão grave quanto. A liderança liga, mas até chegarmos lá a situação pode ter saído do controle e ocasionado em algo mais grave. Eu lidava com tráfico em uma cidade onde tinha dezenas de homicídios por dia. Aqui a situação é menos pior, mas o que nos complica é que somos poucos para lidar com muitos conflitos. Nos desdobramos como podemos”, relatou.

O curioso é que, exposto aos olhos de quem puder ver, mais de 10 viaturas da Força Nacional encontram-se estacionadas na sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Dourados. Diante disso, a pergunta é: porque os veículos que poderiam reforçar o patrulhamento nas aldeias não circulam?

“Trabalhamos com duas viaturas que, por conta do terreno bastante prejudicado da Reserva, acabam arriando por várias vezes. A viatura que circula hoje não será a que vai estar na rua amanhã”, relatou um policial. No entanto, questionado se o rodízio precisava ter mais de 10 viaturas à disposição, o policial admitiu que não. “Realmente poderia ter mais viatura circulando e isso ia ajudar muito”.

Procurado, o coordenador regional da Funai em Dourados, Vander Aparecido Nishijima, se limitou a dizer que a Força não tem qualquer relação com a instituição.

“Não posso falar nada a respeito do trabalho desses policiais porque não são subordinados a Funai. Apenas cedemos o espaço para que as viaturas fiquem aqui”, declarou Nishijima, que sequer quis confirmar a quantidade de viaturas que hoje estão ‘guardadas’ na sede da Funai.

A Força Nacional veio para Mato Grosso do Sul em 2011 inicialmente em apoio a ações desenvolvidas pela Polícia Federal nas aldeias e, posteriormente, por força de decisão judicial que determinou a permanência do efetivo no Estado para garantia da ordem e segurança dentro das aldeias. O grupo de policiais que hoje atua nessas três aldeias da região Sul do Estado permanece por aqui por tempo indeterminado.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

## **UnB inaugura prédio de convivência multicultural para indígenas**

SÍTIO GLOBO.COM, 05.12.2014

*Instituição conta com 74 estudantes indígenas; centro tem redário.  
Previsão é que instalações funcionem no início do próximo semestre.*

A Universidade de Brasília inaugurou nesta semana o Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas. Chamado de Maloca por estudantes e alunos, o prédio abriga salas de aula, laboratório de informática e espaços característicos, como redário e pátio cerimonial. A instituição tem 74 estudantes indígenas.

A previsão é que o local comece a funcionar no início do próximo semestre letivo. Para marcar o começo das atividades, será organizada uma festa indígena com rituais e comida típica. A entrega das instalações ocorreu na segunda-feira (1º).

"Manifesto a alegria de ver a obra finalizada nesta gestão", disse o professor José Geraldo Sousa, reitor à época em que o projeto deve início. "A UnB dá uma lição ao Brasil e ao mundo ao honrar Darcy e nossos ancestrais indígenas. A obra é o reconhecimento de parte importante da espiritualidade brasileira que corre o risco de se perder."

De acordo com a UnB, desde a assinatura do convênio entre a UnB e a Funai, em 2004, 13 indígenas se formaram. Entre as etnias que enviaram alunos estão Baré, Kaimbé, Atikum, Tikuna, Tupiniquim, Pankararu, Puyanawa.



---

**Terra Arrasada: Índios deixam sede da Fazenda Cambara, no Mato Grosso do Sul**  
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 05.12.2014

Cumprindo acordo feito na justiça, o grupo de índios guarani-kaiwá que ocupa a Fazenda Cambará, em Iguatemi (MS) há três anos deixaram a sede da propriedade nesta quinta-feira (4). Mas o impasse sobre a área continua.

Desde 2011, cerca de 250 índios guarani ocupam uma parte da área de Reserva Legal da fazenda Cambará, que tem 760 hectares. Em fevereiro de 2014, eles avançaram, invadiram a sede da propriedade e expulsaram os funcionários. No dia 13 de novembro, um acordo entre os índios e o dono da propriedade determinou um prazo para que o local fosse desocupado.

Nesta quinta-feira o grupo de índios deixou a sede do imóvel e seguiu para uma área de 100 hectares, dentro da fazenda, cedida pelo dono da propriedade em regime de comodato.

Segundo o acordo, até que processo chegue a uma solução, os índios podem construir casas e plantar nessa área preestabelecida.

Na manhã desta quinta-feira, o produtor rural Osmar Banamigo esteve pela primeira vez, desde fevereiro, na sede do seu imóvel. Segundo ele, a propriedade foi parcialmente destruída pelos índios.

Peritos da Polícia Civil também estiveram no local para constatar eventuais depredações feitas no imóvel.



## **Governo e Ministério Público Federal realizam encontro sobre comunidades quilombolas**

SÍTIO PARAÍBA ON LINE, 05.12.2014

As políticas públicas para comunidades quilombolas na Paraíba serão discutidas com prefeitos de 26 municípios que têm comunidades quilombolas em reunião de trabalho promovida pelo Ministério Público Federal (MPF), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR) e a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH/PB), nos dias 10 e 11 deste mês, no município do Conde (PB).

O evento busca apresentar aos gestores municipais o Plano Brasil Quilombola, cujas metas e recursos, conforme dados do Portal da Igualdade, tem os objetivos de garantir o acesso à terra, ações de saúde e educação, construção de moradias, eletrificação e recuperação ambiental, dentre outros. Outra finalidade da reunião é sistematizar propostas de políticas para serem implementadas em cada município e respectiva comunidade quilombola.

Na manhã do primeiro dia estão previstas explanações de representantes de vários órgãos, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes e Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas da Paraíba.

Também serão formados grupos de trabalho integrados por membros do Ministério Público Federal, prefeitos e organizações sociais do movimento quilombola que sistematizarão as propostas para as respectivas regiões. O objetivo final é que as propostas sejam validadas ainda no encontro. As conclusões e encaminhamentos farão parte de relatório que será enviado para os órgãos que atuam com a temática quilombola.

Conde – No município do Conde, onde fica a pousada Enseada do Sol, Av. Beira Mar S/N praia de Carapibus, local escolhido para sediar o evento, há três comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP): Mituaçu, Gurugi e Ipiranga.

Em todo Estado da Paraíba há 37 comunidades certificadas pela FCP e outras quatro com processo aberto, aguardando certificação.

A Fundação Palmares é entidade vinculada ao Ministério da Cultura e já emitiu mais de 2.476 certificações para comunidades quilombolas no País.

O certificado, conforme dados obtidos no site da FCP, “reconhece os direitos das comunidades quilombolas e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal”.

Fonte: Da Redação com Secom/PB



## **A COP 20 e os povos indígenas do Brasil**

SÍTIO CIMI, 05.12.2014

Acontece de 1 a 12 de dezembro de 2014, em Lima, Peru, a Vigésima Conferência das Partes (COP 20) – Estados – que aderiram à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), criada em 1992 no Rio de Janeiro, Brasil. A Convenção tem por objetivo estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera em um nível que não ofereça perigo para o sistema climático.

A expectativa é que a COP 20 avance para compromissos significativos de enfrentamento da crise climática no mundo, por meio do rascunho de um Novo Acordo Global sobre mudanças climáticas, que, se aprovado em Paris, França, na COP 21, em 2015, entrará em vigor a partir de 2020.

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), em 2013 os gases de efeito estufa aumentaram a níveis sem precedentes, sobretudo pelo dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Teme-se que o aquecimento global nas próximas décadas supere os 2 graus centígrados, que atualmente atinge já 0,8 grau sobre o nível da temperatura do ano de 1900.

Entre outros impactos verifica-se os degelos contínuos nos pólos e seus efeitos sobre o nível do mar e a vida marinha; a segurança alimentar e os sistemas de produção tradicional de alimentos estão ameaçados e são cada vez mais frequentes as catástrofes naturais, tais como as inundações, que vitimam milhares de pessoas, que perdem seu lar e meios de subsistência.

Aparentemente distantes, esses problemas têm alcançado a vida quotidiana das distintas populações locais. Mudanças no clima têm provocado alterações nos ciclos de vida animal e vegetal nos mais variados ecossistemas, fora das cíclicas estações e suas alterações regulares.

Até o momento, porém, as negociações sobre a mudança no clima têm avançado pouco, principalmente por parte dos países que tem mais responsabilidade da crítica situação, os quais têm se restringido a promessas voluntárias ao invés de assumirem compromissos obrigatórios a respeito da redução das emissões de gases de efeito estufa e da disponibilização de recursos para os países que não reúnem condições tecnológicas e financeiras para enfrentar a mudança do clima.

Contrariamente, esses países têm favorecido a intervenção de setores empresariais, financiamentos privados, que ao patrocinarem as negociações, zelam mais pelos seus interesses do que por decisões sérias sobre a crise climática. É o caso, por exemplo, das empresas de combustíveis fósseis, dos fabricantes de automóveis e das agroindústrias. No fundo, as elites, as corporações e os governos se negam a assumir suas responsabilidades e obrigações para a superação da crise climática.

CONT.



Nesse contexto, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que participa da COP 20 com uma representativa delegação, se soma às iniciativas de outros segmentos, movimentos e organizações sociais, que vão para Lima cientes desta realidade e dispostos a contribuir na busca de consensos para a construção de alternativas e propostas de mudança efetiva a serem incorporados num novo Acordo Global sobre mudanças climáticas.

1. É inadmissível que os países do norte, maiores responsáveis pela mudança do clima, não admitam reparar a sua dívida climática e queiram agora dividir sem diferenciações as suas responsabilidades com os países emergentes ou em desenvolvimento. Nem mesmo os países emergentes como o Brasil podem se comparar em termos de emissões com países menos desenvolvidos e mais vulneráveis. Por tanto, os países desenvolvidos não podem se eximir de sua responsabilidade de prover financiamento e tecnologia para enfrentar a mudança do clima.

2. Os países do sul, principalmente da América Latina, não podem admitir a recolonização em pauta, de setores empresariais e governos que tentam converter o regime legal e institucional internacional do clima num mercado de tecnologias e a chamada economia verde em justificativa para o lucro, por meio dos créditos de carbono e outras formas de privatização e mercantilização da natureza e da vida.

Converter os mercados como fontes de financiamento e não mais os fundos públicos, poderá levar a países que não se incorporem a mercados de carbono a não contar com financiamento para mitigação e adaptação.

3. É preciso recusar as falsas soluções, que envolvem a operacionalização de mercados de carbono, associados a tecnologias de mitigação e investimentos em mitigação, mesmo sem antes ter uma legislação que os respalde, assim como enfoques baseados apenas nos mecanismos de REDD+, que não agregam necessariamente valores aos abundantes bens naturais, florestais e da biodiversidade que os territórios abrigam.

4. É necessário rechaçar a manipulação intencional do clima à escala planetária, a chamada geoengenharia, que propõe, por exemplo, gerar artificialmente nuvem vulcânica sobre o Ártico, com o propósito de obstruir os raios solares e supostamente diminuir a temperatura no hemisfério norte. Tais tentativas teriam, segundo os especialistas, efeitos desastrosos sobre as florestas tropicais, como a amazônica, e aumentariam os desequilíbrios climáticos.

5. Os países do sul, da América Latina principalmente têm, na COP 20, a oportunidade de pautar um modelo de desenvolvimento alternativo, visando uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, é preciso:

5.1. Conter o modelo agrícola predominante, centrado no agronegócio, nos monocultivos de larga escala, que implicam na invasão de territórios indígenas, quilombolas, áreas de conservação e assentamentos, e em altos índices de desmatamentos, de exploração dos recursos naturais, de contaminação de solos e águas, em detrimento do equilíbrio ambiental, da vida humana e de outras formas de vida.

CONT.



5.2. Substituir a reprimarização da economia, focada além no agronegócio (expansão de monocultivos), na exploração intensiva e exportação dos recursos naturais, na intensificação da indústria extrativa, principalmente da exploração e comercialização de combustíveis fósseis, como petróleo e gás natural, na exploração e exportação de minérios, bem como na implantação de grandes empreendimentos correlatos, como hidrelétricas, rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, linhas de transmissão e produção de agrocombustíveis.

É evidente que todo esse modelo de desenvolvimento não é em nada sustentável, e certamente vai na contramão de qualquer boa vontade de avançar nas negociações ou na formulação de um novo acordo global para superar a crise climática. Ao contrário, ele reforça e conduz a elevados níveis de emissões de gases de efeito estufa, aderindo à opção histórica dos países do norte de não conter suas emissões.

Ao invés desta tendência suicida, ecocida, voltada ao lucro, consumo e interesses de uns poucos, o Brasil principalmente, para compensar o descaso e a paralisia que caracterizaram os seus governos nos últimos 12 anos, deve, no contexto de um outro modelo de desenvolvimento e de uma economia de baixo carbono, priorizar:

1. A demarcação e proteção dos territórios dos povos indígenas, dos quilombolas, dos pescadores artesanais e demais comunidades tradicionais e camponesas, assegurando para as terras indígenas faixas de proteção etnoambiental.
2. O apoio à produção agroecológica e agroextrativa, da agricultura familiar, passando pela democratização do acesso à terra, e visando a segurança e soberania alimentar, isto é, o direito dos trabalhadores e populações a decidir e implementar políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, em nível interno, bem como de gestão dos territórios, contra os monopólios das sementes e dos agrotóxicos.
3. A valorização dos saberes e práticas ancestrais, dos sistemas e modos de produção tradicional dos povos indígenas e de outras populações, evitando modelos e práticas assistencialistas que fomentam a dependência, atropelam a cultura, a cosmovisão e a autonomia desses povos.
4. A valorização dos territórios indígenas e de comunidades tradicionais, como sumidouros de carbono, mas sem fins mercadológicos, assegurando a gratuidade da proteção praticada milenarmente pelos povos indígenas desses territórios.
5. Quando necessário, apoiar sistemas agroflorestais diversificados e nativos, visando impedir a expansão de monocultivos e a deflorestação, em todos os biomas (Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Cerrado).
6. A diversificação da matriz energética, priorizando fontes de energia renováveis e limpas, pondo fim ao consumo exacerbado das elites e das corporações.

CONT.



7. Trabalhar por um acordo climático baseado na equidade, na justiça e nas responsabilidades diferenciadas, inclusive entre os países do sul, e contra justificativas, as falsas soluções, que visam impedir avanços nos acordos para conter o aquecimento global, abaixo do 1.5 ou 2 graus centígrados, nas próximas décadas.

8. Assumir o compromisso de avaliar o atual modelo de desenvolvimento e optar por um outro que transite para a economia de baixo carbono, que seja efetivamente sustentável e que respeite plenamente a vida humana e a dos demais seres vivos.

Certamente é importante participar nos processos internacionais que discutem a regulamentação do enfrentamento da mudança climática, mas também é fundamental descer a discussão dessa problemática junto às nossas comunidades, que, como muitas outras populações, já são atingidas no dia a dia, mas sabendo que as ações locais necessariamente têm que estar articuladas com as nacionais e internacionais para o enfrentamento da crise mundial do clima, provocada não por nós, mas principalmente pelos países industrializados e países emergentes como o Brasil, que precisam rever seu modelo de desenvolvimento

Brasília, 26 de novembro de 2014

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)

## Acampados às margens da BR-153, índios desafiam perigo

SÍTIO TA NO SITE, 05.12.2014

*Vinte indígenas, inclusive crianças estão alojados de forma improvisada; previsão é que grupo volte para aldeia de origem perto do Natal*



Crianças indígenas brincam às margens da rodovia sem se preocupar com o perigo do trânsito intenso

A grande família de índios acampada às margens da BR 153, em Santo Antônio da Platina, no trevo que dá acesso ao Parque de Exposições Alício Dias dos Reis corre um grande risco. Com o objetivo de comercializar seu artesanato, os índios da reserva de São Jerônimo da Serra – sete crianças e 13 adultos – estão morando temporariamente no local desde sexta-feira, 28. Ao transitarem pelo entorno do leito da rodovia, os índios geram preocupação, inclusive de moradores, pois, o fluxo veículos, a maioria pesados, é intenso. A expectativa dos indígenas é permanecer na cidade até a véspera do Natal.

Parece até tradição. Todos os anos os índios se instalam no mesmo local. A conselheira tutelar Simone Santana, foi a campo para conversar com os índios e orientar sobre os perigos na rodovia. Ela entrou em contato com a Fundação Nacional do Índio (Funai), que informou aos conselheiros que os índios podem sair de sua reserva, mas tem um tempo determinado voltar. A Fundação também explicou que as crianças já estão dispensadas das aulas por já terem concluído o ano letivo.

“A vinda deles para a cidade foi devido ao período de seca. Os índios tiveram pouca produtividade nas lavouras e devido a isso saíram vender seus artesanatos pelas ruas de Santo Antônio da Platina. Diante disso, fizemos um termo de advertência, explicando que eles estão cientes das orientações que passamos sobre os perigos e eles assinaram”, informou Simone.

CONT



O Conselho Tutelar, preocupado com a segurança dos índios, cogitou a possibilidade de fornecer um terreno mais seguro para que eles possam montar acampamento. Os índios dizem que aceitam, com a condição de que seja próximo à rodoviária, pois, é lá que eles buscam água, utilizam os banheiros e tomam banho. "Temos um terreno perto do Sesi. Vamos tentar fazer a transferência deles para lá, já que eles vão permanecer por mais 20 dias na cidade", pontuou a conselheira.

A Polícia Rodoviária Federal também esteve no local para fazer orientação aos índios, alertando sobre os perigos de ficarem às margens da rodovia, porém, nada é possível fazer porque eles só serão retirados do local através de uma ordem judicial. A assistente social, Mariane Utida Audi, também já esteve no local para averiguar se os índios estão precisando de alguma ajuda e informou que se necessário o município vai fornecer cestas básicas e as passagens para retornar à reserva. "A cultura deles é diferente, por isso temos que ser cautelosos em relação às medidas a serem tomadas. Se eles acharem que não devem sair do local, não podemos fazer nada. As orientações sobre os perigos já foram feitas", finalizou.

O diretor do Departamento de Assistência Social de Santo Antônio da Platina, Israel Junior da Silva, não quis falar com a reportagem e não deu informações sobre a ação da sua pasta com relação à permanência dos índios na margem da rodovia.

**Bonfim é terceiro município brasileiro a tornar línguas indígenas co-oficiais**  
SÍTIO BV NEWS , 05.12.2014

*A Lei Nº 21/2014 foi aprovada na sessão de terça-feira (2) da Câmara de Vereadores do município*



Bonfim é o primeiro município de Roraima e o terceiro do Brasil a adotar as línguas Macuxi e Wapichana como co-oficiais

A Universidade Federal de Roraima (UFRR), por meio do Instituto Insikiran, articulou junto com lideranças indígenas da região do Bonfim para tornar as línguas Macuxi e Wapichana como oficiais do município, além do Português. Esta foi a terceira cidade a reconhecer línguas indígenas como co-oficiais no Brasil. São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e Tacuru, no Mato Grosso do Sul, também reconhecem a linguagem das etnias locais.

A Lei Nº 21/2014 foi aprovada na sessão de terça-feira (2) da Câmara de Vereadores de Bonfim. A proposta vinha sendo discutida com as lideranças e professores de línguas indígenas da região Serra da Lua desde 2012. A coordenação do Programa de Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana do Instituto Insikiran acompanhou e assessorou todo o processo.

A proposta foi apresentada para os tuxauas em Assembleia Regional pela coordenadora do Programa da Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana, Ananda Machado, e pelo coordenador de língua da região Serra da Lua, Odamir de Oliveira. Depois, o Projeto de Lei foi encaminhado à Câmara pelo vereador Zacarias Douglas.

No dia 26 de fevereiro de 2013, a proposta foi levada à Câmara por alunos do Insikiran e representantes da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR). "Todos os

CONT.



vereadores apoiaram, mas somente agora quando o vereador reapresentou o projeto de lei e a prefeita reconheceu o valor da ação, conseguimos aprovar”, relata a professora Ananda.

Também participaram da sessão os tuxauas das comunidades Pium, Cumaru e São João. Toda a redação do Projeto de Lei e da Lei foi assessorada pela professora Ananda Machado.

O Programa da Valorização das Línguas e Culturas Macuxi e Wapichana faz parte do curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran.

A Lei - Pela lei, a Prefeitura, em parceria com as organizações indígenas e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tem até 5 anos para implementar a contratação de tradutores e intérpretes indígenas, traduzir placas, oferecer atendimento à população nessas duas línguas, traduzir as Leis municipais, financiar publicação de livros nas línguas Macuxi e Wapichana para o ensino em todas as escolas públicas do município.

Para a professora Ananda Machado esse é um marco histórico no Brasil, pois com a lei “as escolas públicas indígenas e não-indígenas ensinarão as línguas”, permitindo a preservação da cultura. “Os professores que produzem materiais há anos, terão apoio para que sejam publicados”, completa sobre a contribuição para o ensino.

“A importância é enorme, a língua guarda as histórias e os segredos dos povos. A co-oficialização dá prestígio a essas línguas também na sede do município e não apenas nas comunidades. Nossas raízes mais profundas vêm dos conhecimentos guardados e transmitidos de geração a geração pelos indígenas”, comemora.

Ananda explicou que os movimentos indígenas sempre vão às ruas falando as línguas de suas etnias e, agora, eles têm sua cultura respeitada. “Eles podem dizer eu sou e falo Macuxi ou eu sou e falo Wapichana. Eu não, sou brasileira e falo português, minha língua veio de fora, com o invasor”, ressalta.

#### OUTROS MUNICÍPIOS

O primeiro município brasileiro a aprovar línguas indígenas como oficiais, foi São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Foram oficializadas as línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, além da Língua Portuguesa. A cidade de Tacuru, no Mato Grosso do Sul, reconheceu o Guarani como a segunda língua oficial.



### **Grupo retirado de área desapropriada ocupa novo terreno em Manaus**

SÍTIO GLOBO.COM, 05.12.2014

*Área fica nas proximidades do centro de treinamento do Detran-AM.  
Famílias haviam sido retiradas de área na Zona Norte quarta (3).*

Cerca de cem pessoas ocupam uma área particular na Avenida Arquiteto José Rodrigues, na Zona Norte de Manaus. O grupo havia sido retirado de um terreno situado em frente à nova área invadida, nas proximidades do Centro de Treinamento de Condutores do Departamento de Trânsito (Detran-AM), na quarta-feira (3). Policiais fazem ronda na área desapropriada para evitar o retorno dos ocupados. Parte do grupo se diz indígena.

A reintegração de posse do terreno durou mais de dez horas e retirou cerca de 250 barracos feitos com lona. A área foi ocupada desde outubro. Durante a ação, houve confronto entre invasores e policiais. Uma criança precisou de atendimento por ter inalado fumada de bombas de efeito moral.

Segundo o cacique Kocama, da etnia Munduruku, as famílias permanecem na área por não ter para onde ir. Ele disse ainda que foi à sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) pedir apoio do órgão para encontrar um lugar para o grupo morar, mas até o momento, não teria obtido resposta.

"Não queremos ocupar o terreno de ninguém. Queremos uma resposta para saber onde podemos ficar. Eu, como líder desse povo, peço apenas que alguém interceda e nos ajude. Não queremos brigar", afirmou ao G1, na manhã desta sexta-feira (5).

Além do Mundurucu, índios das etnias Baré, Cambeba, Camaiurá e Tikuna estão no local, segundo o cacique. A 200 metros de distância do local invadido pelos indígenas, um outro grupo formado por não-índios também ocupa uma área.

Hellen Cristina, de 32 anos, é autônoma e estava na área desapropriada desde o início da ocupação. Cristina, acompanhada do marido e três filhos, ocupa um barraco improvisado desde a última quarta-feira, quando a casa dela foi demolida. Segundo a autônoma, a comida é feita em uma churrasqueira que ela conseguiu recuperar durante a reintegração. A água de uma lagoa é utilizada pela família para banho e alimentação. "Se eu tivesse um lugar para ir, não estaria passando por essa humilhação. Perdi minha geladeira, fogão, televisão e outras coisas naquele dia", disse Hellen.

Na manhã desta sexta-feira (5), tratores ainda trabalhavam no terreno, retirando pedaços de madeira espalhados pelo chão após a desapropriação.

CONT.



**Boletim de Notícias** - Edição nº 219/ 2014

Brasília, 05 de dezembro de 2014.

Um Policial Militar, da 26ª Companhia Interativa Comunitária (Cicom), que não quis ser identificado, informou que as equipes receberam ordem para realizar rondas na propriedade para garantir que o local não seja novamente ocupado.

O G1 tentou contato com a coordenação regional da Funai no Amazonas, mas as ligações foram direcionadas para a caixa de mensagem.



---

**Índios invadem prédio da CNA**  
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 05.12.2014

O grupo de índios Apinajé, Xerente, Karajá e Krahô-Kanela que habitam o estado do Tocantins acaba de invadir o prédio da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). O grupo de cerca de 50 indígena está em Brasília desde o início da semana protestando contra a PEC 215 e a nomeação da Senadora Katia Abreu, atual presidente da CNA, para o Ministério da Agricultura. Na tarde de ontem o grupo atirou flechas em fotos da Senadora ao lado da presidente Dilma Rousseff.

"Estamos aqui para defender nossas terras, a demarcação e para dizer à presidenta Dilma Rousseff que não precisamos de PEC 215. Viemos para dizer isso no Senado e na Câmara dos Deputados. Lutaremos até o fim para que a PEC seja engavetada", informou o índio Wagner Krahô-Kanela.

"A senadora Kátia Abreu não foi eleita com nosso voto. É uma vergonha colocá-la no Ministério da Agricultura", disse Wagner. "A Kátia Abreu não é dona da terra. Somos nós, indígenas, os donos da terra. Precisamos viver em paz", completou a indígena Gercina Krahô.

A manifestação ocorreu pacificamente. Os indígena invadiram o prédio tiraram fotos e saíram sem outro tipo de violência.

É a segunda vez este ano que o prédio da CNA é invadido por índios. Em nenhuma das vezes a Senadora Katia Abreu estava no local no momento da invasão, nem se pronunciou sobre o assunto.



---

**Índios tremembés versus projeto Nova Atlântida: destruição em disputa por terras**  
SÍTIO ADITAL, 05.12.2014

Nos últimos 12 anos, a paz e a tranquilidade do povo indígena tremembé, que vive no município de Itapipoca (Estado do Ceará), a 136 quilômetros da capital, Fortaleza, tem sido comprometida por uma tensa e intensa disputa por território, tendo como protagonistas o empreendimento espanhol Nova Atlântida e a comunidade indígena tremembé. De três meses para cá, a disputa trouxe consequências delicadas, incluindo ameaças constantes de invasão, agressão e coação e ocorrências ainda mais graves, como ameaça de morte das lideranças e, recentemente, o incêndio das casas e a destruição das plantações do povo indígena, que resiste e é contra a construção do projeto turístico.

A razão que tem motivado essa intensa luta é o projeto Nova Atlântida, da empresa espanhola Afirm Housing Group, que pretende construir um complexo turístico formado por vários hotéis e campo de golfe. Os índios, por sua vez, compreendem as terras como sendo as raízes que os identificam, pois é ali que se encontram seus antepassados e guardam sua ancestralidade. A área em questão é composta por uma extensão territorial de 3,1 mil hectares de área litorânea com dunas, manguezais, nascentes de água doce e área marinha. É considerado o maior projeto turístico do país, totalizando cerca de 15 bilhões de dólares para a construção de 13 hotéis cinco estrelas, 14 resorts, seis condomínios residenciais e três campos de golfe.

Adriana Carneiro de Castro (Adriana Tremembé), 43 anos de idade, é líder desse povo e concedeu entrevista à Adital, trazendo seu posicionamento com relação aos últimos acontecimentos que têm marcado a vida dos indígenas, retratando a triste divisão que foi trazida para dentro da comunidade tremembé. Ela diz lamentar o fato do empreendimento ter conseguido trazer a discórdia para onde, até então, se vivia em paz e harmonia.

Segundo a liderança, os últimos três meses têm sido de intensa tensão para ela e seu povo, pois representantes do complexo turístico invadiram suas terras por duas vezes seguidas — em setembro e outubro deste ano —, atearam fogo em nas casas e destruíram os cercados que protegiam as plantações. Não bastando, teriam ameaçado de voltar e cortar a cabeça dos líderes.

A líder tremembé fala ainda sobre a forte relação que seu povo tem com a Mãe Terra e com cada ser vivo que ali reside. O empreendimento argumenta que possibilitaria um desenvolvimento econômico para a região, mas, na visão dos tremembés, a preservação de seus antepassados é mais importante do que qualquer possibilidade de ascensão econômica e jamais irão aceitar um projeto que mataria as vidas que ali se encontram.

Adriana retrata a falta que sente da intervenção dos governos para compreenderem a causa do seu povo. "Não é que sejamos contra o desenvolvimento econômico, geração de emprego e

CONT.

renda. Pelo contrário. O fato é que, para nós, não há riqueza maior do que estarmos em harmonia com as terras que guardam nossa história. Se permitirmos a instalação do empreendimento, seremos cúmplices da destruição de muitas vidas que estão ali. Sem falar que, longe dali, nos sentiríamos como peixes fora d'água", diz ela.

ADITAL - Gostaria que você iniciasse falando sobre quem é Adriana e sua relação com o seu povo.

Adriana Tremembé - Então, meu nome é Adriana Carneiro de Castro, nasci e me criei lá [Praia da Baleia], já tenho 43 anos e, hoje, minha relação com meu povo é de liderança. Somos o povo tremembé, mas o povo tremembé se encontra em três municípios aqui no Ceará: Itapipoca, Acaraú e Itarema. Em nosso caso, fazemos parte dos tremembés de Itapipoca.

ADITAL - Retratar-nos o conflito desde o início, quando começou e as razões que mais têm lhes motivado a estarem resistentes a tudo isso.

AT - Lá no município de Itapipoca, o conflito que estamos vivendo é devido à construção do complexo turístico Nova Atlântida, que é uma construção de hotéis. Essa rede



Adriana Tremembé relata resistência indígena para manter terra ancestral.  
Foto: Jardson Castro/Adital.

hoteleira vai nos trazer um impacto econômico, seguido de um grande impacto ambiental. Eles queriam que aceitássemos o empreendimento e teriam de nos remanejar de nossas terras para outras terras, para que o empreendimento pudesse se instalar, mas não aceitamos isso, porque ali estão nossas raízes, nossas ancestralidades. Como é que poderíamos sair dali pra irmos para um lugar que a gente não conhece e deixar para trás nosso passado?

ADITAL - Essa proposta de instalação do empreendimento turístico não é recente. Desde quando vocês estão nessa disputa por regularização de suas terras?

AT - Bom, já vinha de alguns anos atrás, mas tudo se intensificou, na verdade, em 2002, quando nós tivemos a coragem de dizer o que éramos, nos assumirmos como indígenas; foi aí que começou o conflito. Até então, nossos pais eram escravos dos posseiros. Para fazer um roçado, tinha de pedir [aos proprietários de terras] e precisávamos passar metade do que era produzido para eles. A partir de 2002, começamos a quebrar isso e sermos independentes deles, foram muitas conquistas, mas também muito sofrimento e muita luta, e nossa resistência tem sido o mais importante no momento. Estamos tentando nos fortalecer, nos unir.

ADITAL - Com base no que você trouxe até o momento, as razões que motivam a luta de vocês é o fato de todo o vínculo que vocês têm com suas terras e com seus antepassados. Como você avalia a postura do empreendimento Nova Atlântida?

CONT.



AT - É claro que eles querem o lucro, porque, para eles, não importa o meio ambiente, não importa o povo que está lá. Para eles, o que importa é o crescimento econômico do empreendimento. Mas, para nós, é diferente; nós temos uma relação direta e intensa com nossa Mãe Terra. Isso é bem mais forte; estarmos relacionados com a natureza, com nossos manguezais, com nossos rios, com nossa terra, com nossas matas e o convívio com cada ser que vive lá. Este é o foco para nós. É maior do que qualquer riqueza financeira e, de maneira alguma, vamos aceitar que alguém venha ferir esse patrimônio que é nosso. Por isso é que estamos sofrendo tudo isso, vivendo em constante ameaça, por sermos uma barreira aos interesses do empreendimento.

ADITAL - Podemos acompanhar o caso, que foi marcado por alguns momentos de calma nessa disputa, mas também por intensa conturbação. Como está a situação do conflito atualmente?

AT - Em 2004, o conflito começou a se acirrar cada vez mais. O empreendimento, nesse período, contratou policiais para invadirem nossas terras, bater e agredir nosso povo, nossas crianças, em nós mulheres. Hoje, nós vivemos um momento bastante difícil, marcado por muita agressividade por parte deles. Desde setembro [de 2014], estamos em conflito intenso, porque fizemos a retomada de um sítio que estava em posse da empresa, onde eles colocaram um capanga para tomar de conta do terreno e nós o expulsamos de lá e, por isso, eles não se conformaram. Dia 10 de setembro, eles invadiram nossa terra e destruíram as palhoças que tínhamos construído, incendiaram todas. Entramos em contato com a Funai [Fundação Nacional do Índio], fomos na delegacia, denunciemos ao Ministério Público, aí deu uma acalmada, mas, depois de um mês, eles vieram novamente com agressividade e destruíram uma casa de alvenaria que estávamos levantando — sem falar das ameaças de morte que nós líderes estamos recebendo constantemente por recado de terceiros.

ADITAL - Quando você diz "eles vieram", a quem você se refere, quem são "eles", através de quem eles invadem?

AT - O grupo empresarial, através de um advogado chamado Henrique Rocha Trigueira, que se diz representante da empresa, juntamente com os empregados que dão apoio a eles no trabalho sujo. Somos compostos por um total de 230 famílias, mas 100 famílias em nossa aldeia são favoráveis ao empreendimento; então, eles se confrontam com a gente. A empresa chegou a implantar na cabeça dessas famílias que eles devem se confrontar conosco, prometendo emprego e melhoria de vida para eles. Nossa maior preocupação é porque eles conseguiram trazer a discórdia [para] dentro do nosso próprio povo e fizeram com que alguns se voltassem uns contra os outros.

ADITAL - Com tudo isso, como funciona a convivência entre vocês, que são contra o empreendimento, e os grupos que são favoráveis?

AT - Simplesmente, não temos mais uma convivência. Eles vivem nos ameaçando, discordam de tudo que estamos defendendo, eles desmatam a nascente que nós decidimos que iríamos preservar, tudo como forma de provocar algum atrito entre os dois grupos.

CONT.



ADITAL - Durante esse longo processo de disputa, quantas pessoas são afetadas diretamente com isso? Alguém teve de sair de sua casa, coagida pelo grupo empresarial?

AT - Não, felizmente nós somos bem unidos, essa é a nossa maior força e temos reagido para não sairmos de nossas casas. Hoje, somos 130 famílias reconhecidas pela Funai e temos a assistência deles, nesse sentido.

ADITAL - Qual tem sido o posicionamento dos governos [estadual, municipal e federal] sobre a disputa e como você avalia?

AT - Falando do governo, este é de quem queríamos ter um apoio maior e não temos. Nós sabemos que a relação dos governos não é muito boa com a questão indígena aqui no Ceará, eles não levam a sério a nossa relação com a natureza. Estão mais preocupados, na verdade, com o progresso do município, com a geração de emprego, renda. O atual governador, Cid Gomes [Partido Republicano da Ordem Social – Pros], foi um dos que nos visitou a comunidade e deixou bem claro que não iria nos apoiar, alegando que estávamos sendo contra o progresso e desenvolvimento econômico e que seu governo era o governo do progresso. Mas, ainda assim, queríamos que eles se sensibilizassem e enxergassem nossa relação com nossas raízes e antepassados e que, longe dali, nos sentiríamos como peixes fora d'água.

ADITAL - Como são as condições de vida na comunidade Tremembé? Saúde, educação, emprego, etc.

AT - Lá, nossa vida se resume à agricultura, à pesca e também somos amparados por benefícios sociais, como o Bolsa Família [programa do governo federal para apoiar famílias mais pobres e garantir seu direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde]. Hoje, temos uma escola e quase todos os professores são indígenas; então, eles já têm uma fonte de renda para contar. Na saúde, temos quatro pessoas da comunidade inseridas no trabalho com a saúde; então, a gente vai, assim, seguindo.

ADITAL - Como funciona a especulação imobiliária na região da comunidade Tremembé?

AT - Ela é bem forte aqui. Eles visam bastante a essa área porque é uma área muito bonita e bastante cobiçada, de grande extensão litorânea, com encontros de rios com o mar. Temos uma bela paisagem natural e eles enxergam isso como um forte potencial de investimento. Não é que sejamos contra o progresso, como afirmou o governador. Nós somos a favor, sim, mas de um progresso que não destrua nossa natureza, os seres vivos, os mangues, as árvores que ali vivem e, se aceitarmos o empreendimento, seremos cúmplices de toda essa destruição de vida e de nossa paisagem natural.

ADITAL - O povo tremembé não é o único que luta por essa causa. Houve algum outro grupo, que você possa citar, que conseguiu a regularização de suas terras? Qual a expectativa de vocês para o processo?

AT - Hoje, ao povo tremembé, existe apenas uma terra demarcada, que é dos tremembés do córrego de João Pereira [entre os municípios de Itarema e Acaraú, Estado do Ceará]. Então,

CONT.



essa terra, hoje, se encontra demarcada e regularizada. O restante das terras indígenas continuam na mesma pendência e eles passam por sofrimentos bem parecidos com os nossos. Nosso processo se encontra em análise, para ser encaminhado ao Ministério da Justiça, analisado e assinado e abrir a portaria demarcatória. Nossa expectativa é que o processo seja finalizado, que tenhamos nossas terras homologadas, demarcadas e regulamentadas, para, assim, podermos viver em paz com nosso povo.

ADITAL - Quais os próximos passos que vocês irão dar?

AT - O nosso próximo passo é continuar na luta pela solução de forma pacífica na justiça, sem atritos. Buscar parcerias e o apoio dos governos e instituições que possam se solidarizarem com nosso caso.

ADITAL - Mais alguma consideração que você queira fazer no sentido dos últimos acontecimentos?

AT - Bom... Hoje, estamos vivendo sobre uma forte tensão, pois estamos sendo constantemente ameaçados por eles, dizendo que irão tirar nossa cabeça fora. Já foram em setembro e destruíram nossas casas, tocaram fogo em tudo, inclusive temos os registros fotográficos, destruíram as cercas que protegem nossas plantações e ameaçam voltar. Então, pedimos às organizações, aos governos e aos direitos humanos que tomem alguma providência que possa nos proteger dessas ameaças, pois sentimos medo de que consequências maiores possam vir e alguém possa sair marcado de maneira mais forte.

Colaborou Marcela Belchior



---

## **II Feira de Cultura Indígena acontece neste sábado (6)**

SÍTIO BRASIL DE FATO, 05.12.2014

*Além de uma exposição e venda de artesanatos, os visitantes podem assistir a vídeos e provar as comidas da culinária indígena*

Acontece amanhã (6), das 10h às 18h, em São Caetano (SP), a II Feira de Cultura Indígena, com o tema "Porque estou na cidade não deixo de ser indígena!". O evento faz parte da Semana de Cultura Viva Comunitária, que se realiza em vários pontos da capital paulista até o dia 07 de dezembro.

Promovida pela Opção Brasil, uma organização não-governamental que atua em diversas frentes, entre elas a questão indígena. A feira é um espaço permanente de diálogo sobre a realidade dessa cultura no contexto urbano. Os visitantes podem visualizar a diversidade étnica nos produtos, vídeos e diálogos com os indígenas, de como vivem na cidade e mantêm suas tradições.

O evento apresentará as atividades realizadas pelo Programa Índios na Cidade, em que se orienta a contribuição com os povos e etnias que vivem no contexto urbano para a geração de trabalho e renda, a atuação em políticas públicas para esta parcela da população, além de promover discussões sobre empoderamento, afirmação e valorização da cultura indígena frente à sociedade atual e seus meios excludentes.

Estarão presentes indígenas de diversas etnias, como a Guarani Mbyá, Pataxó, Fulni-ô, Xavante, Pankará, Terena, Mura, Wassu Cocal, Kariri Xocó, Pankararé entre outros.

Assim como na primeira edição, a feira terá exposição e venda de artesanatos, mostra de vídeos, culinária tradicional, rituais indígenas, canto, dança e outras atividades.

### <Serviço>

Local: Rua Santa Rosa, 96, Centro, São Caetano do Sul (perto da estação de trem São Caetano)

Quanto: Entrada Gratuita!